

TEXTO PARA DISCUSSÃO

**Aprendendo com os Clássicos:
Notas Sobre Valor e Capitalismo**

Maria Silvia Possas

SCUSSÃO nº 7

Abril/92

**INSTITUTO DE ECONOMIA
UNICAMP**

APRENDENDO COM OS CLÁSSICOS:
NOTAS SOBRE VALOR E CAPITALISMO

Maria Silvia Possas

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO DE ECONOMIA/UNICAMP

Fernando A. Novais
Angela A. Kageyama
Antonio Carlos Macedo e Silva
Fernando Nogueira da Costa
Sérgio R. Prado

FICHA CATALOGRÁFICA

Possas, Maria Silvia

Aprendendo com os clássicos: notas sobre
valor e capitalismo/Maria Silvia Possas. -
Campinas: UNICAMP/IE, 1992.

34p. (Texto para Discussão. IE/UNICAMP,
n.7)

1. Valor (Economia). 2. Economia marxista.
1. Título. II. Série.

INSTITUTO DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Caixa Postal 6135
Campinas (SP)
13081

APRENDENDO COM OS CLÁSSICOS:

NOTAS SOBRE VALOR E CAPITALISMO

Maria Silvia Possas¹

O estudo de teoria econômica refere-se principalmente ao funcionamento da economia capitalista e uma de suas características principais, o fato de ser mercantil, tem consequências importantes.

Em sociedades não mercantis produz-se, como regra, diretamente a quantidade de bens e serviços que são necessários, úteis ou que proporcionam prazer², na mesma medida em que quem comanda a produção, seja o próprio produtor direto ou não, tenha a intenção de consumi-los, utilizá-los ou oferecê-los a outrem. Sendo assim, dificilmente se coloca em tais economias a questão de como compatibilizar a quantidade produzida às necessidades, seja de consumo, seja de manutenção, ampliação ou modernização da capacidade produtiva. Numa economia mercantil, todavia, a produção não se destina diretamente ao consumo. O que o produtor objetiva ao produzir é ter acesso a outros bens através da troca. Os bens passam a ser produzidos

¹ Professora do Instituto de Economia da UNICAMP.

² Para usar os termos de SMITH, ao definir o que é um homem rico, ver SMITH (1776) cap. V. Imagino que essa definição possa ser extrapolada, dentro da visão smithiana, para a riqueza em si.

como mercadorias, para serem trocados por outros. Com isso muitas questões novas surgem, que não poderiam se colocar numa sociedade não mercantil, tais como: quais as regras da troca; quais as determinações e a origem do dinheiro; como se distribui a produção; como se compatibilizam oferta e demanda, etc. É fundamentalmente dessas questões que tem tratado a teoria econômica ao longo dos últimos séculos.

Este trabalho focaliza uma delas: a da natureza do valor ou do que é o valor de troca em termos absolutos. Há muito tempo este tema é abordado apenas como curiosidade da história do pensamento, no entanto o significado da troca, dos preços e da riqueza não pode ficar inteiramente claro sem que se esclareça esta questão.

Pode haver produção para a venda em sociedades não mercantis, e de fato ao longo da história isso ocorreu. Assim havia troca, comércio e, portanto, alguma noção de valor. Contudo, o comércio era esporádico para a maioria das sociedades. Nessas condições a categoria valor não poderia se desenvolver plenamente. É a generalização da produção mercantil que faz com que o valor assuma importância decisiva na economia. Esta última afirmação pode parecer um tanto forte hoje em dia, quando a preocupação com o valor parece coisa de um passado remoto. Talvez este descaso seja apenas fruto de uma incorporação tão profunda de alguma noção de valor em nossas mentes e atos, que tenhamos passado a considerar algumas de suas

implicações como elementos "naturais" da vida humana , às vezes sequer as percebemos.

É comum economistas, outros cientistas sociais e estudantes considerarem teoria do valor e teoria da determinação dos preços a mesma coisa. Encarada dessa forma, uma teoria do valor pode parecer algo metafísico. Contudo, nem sempre os autores que procuraram deslindar categorias como valor ou preço natural estavam preocupados principalmente com a determinação de preços relativos. O objetivo deste trabalho é justamente o de retomar algumas considerações, principalmente de SMITH e MARX, a respeito do que poderíamos chamar de valor absoluto, da natureza do valor e da natureza de uma economia regida por esta categoria. A meu juízo, aprofundar este tema ajuda a esclarecer alguns aspectos fundamentais da economia capitalista.

Adam SMITH

A abordagem mais freqüente da teoria do valor de SMITH centra-se na discussão a respeito das categorias de trabalho comandado e contido, em geral acusando o autor de raciocínio circular no que se refere à determinação dos preços naturais. No entanto, este autor talvez não esteja muito interessado em determinar o quantum de valor presente em cada mercadoria. Ao contrário, são três

os pontos principais em que centra a sua atenção³: desvendar a natureza do valor, de modo a determinar o material adequado para medi-lo; identificar suas partes componentes, as fontes de apropriação de poder de compra; verificar como e por que o preço de mercado varia em torno do preço natural. Estas preocupações estão explícitas ao término do capítulo IV de A Riqueza das Nações, onde afirma: "A fim de investigar os princípios que regulam o valor de troca das mercadorias, procurarei mostrar:

Primeiro, qual é o critério ou medida real desse valor de troca, ou seja, em que consiste o preço real de todas as mercadorias.

Em segundo lugar, quais são as diferentes partes ou componentes que constituem esse preço real.

Finalmente, quais são as diversas circunstâncias que por vezes fazem subir alguns desses componentes, ou todos eles, acima do natural ou normal, e às vezes os fazem descer abaixo desse nível; ou seja, quais são as causas que às vezes impedem o preço de mercado, isto é, o preço efetivo das mercadorias, de coincidir exatamente com o que se pode chamar de preço natural."(grifos meus)⁴.

Vejamos então como ele desenvolve as idéias de preço real e de fatores componentes do preço natural, que deram margem a tantas interpretações divergentes. No capítulo V, trata daquilo que chama

³ A leitura ricardiana de SMITH muitas vezes obscurece as intenções deste autor. Uma boa interpretação de sua teoria, à qual este texto quase nada acrescenta está em COUTINHO (1990).

⁴ SMITH (1776), p. 61.

o preço real das mercadorias, para contrastá-lo com seu preço em dinheiro, que é o seu preço nominal. Aqui seu objetivo parece ser o de se contrapor aos mercantilistas, esclarecendo que a riqueza não é o mesmo que dinheiro. Este, como já esclarecera, não passa de uma mercadoria como as outras, que também possui um preço, ou melhor, um custo. O preço em dinheiro de um produto significa apenas uma comparação do preço real do produto em questão e do preço real do próprio dinheiro.

Para chegar ao preço real, SMITH começa por definir o que é a riqueza de um homem e, a partir da compreensão de sua natureza, qual a medida real do valor de troca. A riqueza consiste no grau em que se consegue "desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida." Mas com a generalização da divisão do trabalho a maior parte destas coisas não será obtida diretamente por meio do próprio trabalho, mas pela aquisição de produtos do trabalho alheio. Portanto, o homem será mais rico quanto mais trabalho alheio for capaz de adquirir. Daí conclui que "o valor de qualquer mercadoria para a pessoa que a possui[...] é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Conseqüentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias."⁵ Como se vê, a riqueza é constituída por coisas, as quais são frutos de esforço, de trabalho, e por isso é este a medida adequada do valor de troca, a medida real, o material adequado para medir o valor.

⁵ Citações de SMITH (1776), p. 63.

No parágrafo seguinte reforça essa idéia. Vale a pena citá-lo extensamente. "O preço real de cada coisa - ou seja, o que ela custa à pessoa que deseja adquiri-la - é o trabalho e o incômodo que custa a sua aquisição. O valor real de cada coisa, para a pessoa que a adquiriu e deseja vendê-la ou trocá-la por qualquer outra coisa, é o trabalho e o incômodo que a pessoa pode poupar a si mesma e pode impor a outros." E prossegue: "O que é comprado com dinheiro ou com bens é adquirido pelo trabalho, tanto quanto aquilo que adquirimos com o nosso próprio trabalho." Também o dinheiro tem no trabalho a medida do seu valor real. Mais adiante diz: "O trabalho foi o primeiro preço, o dinheiro de compra original que foi pago por todas as coisas."⁶ SMITH, ao falar em preço pago, ou custo, parece se referir ao preço em sacrifício, desgaste, esforço, enfim desprazer. Esta contraposição entre riqueza/ prazer e seu preço/desprazer está presente ao longo de todo o capítulo V⁷.

O dinheiro não serve como medida do preço real porque é, na visão de SMITH, uma mercadoria similar às demais e assim sujeita a variações de valor. É possível que caia o valor do dinheiro e com isso se elevem os preços das demais mercadorias expressos em dinheiro. Mas o que se altera aqui é apenas o seu preço nominal (em dinheiro), não o seu preço

⁶ Idem, ibid.

⁷ COUTINHO chama a atenção para a relação entre trabalho, enquanto medida do valor, e o fato de representar esforço, e a vincula à visão filosófica utilitarista de SMITH. Ver COUTINHO (1987).

real (em trabalho). Sendo o dinheiro uma mercadoria de valor variável, não é uma medida exata do valor, assim como um palmo não é uma medida exata de comprimento.

Já o trabalho exige do trabalhador em estado normal de saúde e disposição "sempre o mesmo contingente de seu desembaraço, de sua liberdade e de sua felicidade." E, mais adiante: "é caro o que é difícil de se conseguir ou aquilo que custa muito trabalho para adquirir, e é barato aquilo que pode ser conseguido facilmente ou com muito pouco trabalho. Por conseguinte, somente o trabalho, pelo fato de nunca variar seu valor, constitui o padrão último e real com base no qual se pode sempre e em toda parte estimar e comparar o valor de todas as mercadorias." Conclui fazendo a distinção entre preço real e nominal: "O trabalho é o preço real das mercadorias; o dinheiro é apenas o preço nominal delas"⁸. Ou seja, o preço real é o custo em termos de sacrifício, de perda de liberdade e felicidade, o desprazer. E quantidades de trabalho iguais significam sempre o mesmo desprazer.

Para o empregador pode parecer que o valor do trabalho também varia na medida em que o salário se troca por quantidades variáveis de bens. Na verdade é o valor destes que varia e não o do trabalho. SMITH admite que se possa falar em preço nominal ou real do trabalho apenas nesta "acepção popular", mas isso não deve ser confundido com os verdadeiros conceitos de preço real e nominal. Usando

⁸ SMITH (1776), p. 65.

rigorosamente estes últimos (e nem sempre SMITH o faz), o trabalho não poderia ter preço, nem mesmo preço real, já que ele é a própria substância do preço real (do mesmo modo que o comprimento de um metro é um metro)⁹.

Se SMITH discutisse salário nesses termos apenas, ou seja, como expressão nominal do preço real, sua teoria do valor teria coerência interna, embora sujeita a críticas de vários tipos. Isto porque as duas principais incoerências que lhe são atribuídas desapareceriam. A primeira, a suposta confusão entre trabalho comandado e contido ficaria esclarecida de vez - a medida invariável do valor é o trabalho comandado¹⁰. Quanto ao trabalho contido, como veremos adiante, só cabe como medida do valor no caso particular de sociedades onde é a única fonte de valor e, portanto, é igual ao trabalho comandado. A segunda, o fato de explicar preços por preços, deixaria de ter sentido¹¹. Isto porque lucro e renda da terra, em sua concepção, não são preços de mercadorias, mas taxas que se cobram devido ao poder que proprietários da terra e do

⁹ MARX aponta este vício do pensamento de SMITH. "[SMITH] faz então do valor de troca do trabalho a medida do valor das mercadorias.[...] Faz-se aí o valor medida do valor e fundamento para explicá-lo: um círculo vicioso portanto" MARX (1863), p.49. Ver também MARX (1867), cap. XVII.

¹⁰ Uma confusão que se inicia com RICARDO (1817, cap. I, seção 1). COUTINHO (1987) e (1991), ao contrário, procura demonstrar que só o trabalho comandado é medida do valor das mercadorias para SMITH.

¹¹ Diversos autores criticam SMITH por apresentar este tipo de raciocínio circular, entre os quais NAPOLEONI (NAPOLEONI, 1973, pag.59).

capital têm sobre a produção¹². Essas taxas determinadas socialmente, são, portanto, coeficientes pelos quais se multiplica o salário, que tampouco seria o preço do trabalho. Não teríamos assim preços determinados por preços nem raciocínio vicioso.

A grande fonte de contradição na teoria de SMITH é o fato de, no capítulo VIII, discutir a remuneração do trabalho como se esta não fosse simplesmente a manifestação do preço real do dinheiro ou das mercadorias que compõem a cesta básica do trabalhador, como está implícito no capítulo V. Considerando o salário como preço real do dinheiro, não haveria por que considerar o valor do trigo mais estável no longo prazo do que o de qualquer outra mercadoria, em princípio. Tampouco faria sentido a noção de salário de subsistência. Quando SMITH coloca estes pontos, está tratando o salário como remuneração do trabalho e este é o seu grande erro lógico, pois o salário não pode ser ao mesmo tempo expressão do preço do dinheiro, determinado pelo custo deste, e remuneração do trabalho, determinada pela subsistência do trabalhador.

Uma vez identificada a natureza da riqueza e a verdadeira medida do preço real, SMITH procura estabelecer quais os fatores que compõem o preço das mercadorias. Não seria necessário nos estendermos sobre esse ponto se a discussão sobre

¹² Ainda que SMITH use o termo preço natural da terra e do capital para designar estas taxas, o tratamento que lhes dá é o acima mencionado.

ele não tivesse dado margem a muitas controvérsias e interpretações, que vêem no capítulo VI uma teoria do valor relativo e uma confusão entre teoria do trabalho comandado e do trabalho contido.

Um dos pontos que deu margem a dúvida é o modo pelo qual SMITH inicia o capítulo VI, referindo-se a um "estágio rude e primitivo que precede ao acúmulo de patrimônio ou capital e à apropriação de terra", quando "a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir os diversos objetos parece ser a única circunstância capaz de fornecer alguma norma ou padrão para trocar esses objetos uns pelos outros." Ou seja, em tais circunstâncias, a única condição para se produzir e apropriar a riqueza é o trabalho. "Nesta situação," - enfatiza - "todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador; e a quantidade de trabalho normalmente empregada em adquirir ou produzir uma mercadoria é a única circunstância capaz de regular ou determinar a quantidade de trabalho que ela normalmente deve comprar, comandar ou pela qual deve ser trocada."¹³ Dois pontos são tratados aqui: o primeiro, em geral esquecido, é o de que o trabalho é uma fonte de valor, a única no caso particular de que trata; o segundo é o de que, nessas circunstâncias, o trabalho determina a proporção em que ocorre a troca.

A situação anterior, todavia, não mais vigora, pois, a partir do momento em que o capital se acumula nas mãos de indivíduos particulares, será

¹³ SMITH (1776), p.77.

utilizado por alguns para empregar trabalhadores, desde que com isso possam receber um lucro, relacionado à magnitude de seu capital. Aqui uma grande inovação de SMITH - o conceito de capital: a idéia de que o capital é um conjunto de bens ou dinheiro acumulado que, usado para empregar pessoas, faz jus a um lucro¹⁴. Este último é a remuneração do capital, como o autor faz questão de enfatizar, e não o salário de algum tipo especial de trabalho, por exemplo o de supervisão. Se há emprego generalizado de capital na produção, o produto total do trabalho não será mais apropriado pelo trabalhador, que deverá reparti-lo com seu patrão. "Também já não se pode dizer que a quantidade de trabalho normalmente empregada para adquirir ou produzir uma mercadoria seja a única circunstância a determinar a quantidade que ele normalmente pode comprar, comandar, ou pela qual pode ser trocado. É evidente que uma quantidade adicional é devida aos lucros do capital, pois este adiantou os salários e forneceu os materiais para o trabalho dos operários."¹⁵ Por isso agora as mercadorias devem ser vendidas por preço tal que remunere os salários dos trabalhadores e o lucro do capitalista. Ou seja, o capital, a acumulação prévia de riqueza, enquanto condição necessária à produção com um certo grau de divisão do trabalho e produtividade, confere a seu proprietário riqueza, poder de compra.

¹⁴ Ver MEEK (1967), cap.II.

¹⁵ SMITH (1776), p.79.

Há um terceiro componente dos preços - a renda da terra. Se o lucro deriva sua existência do fato de algumas pessoas terem acumulado capital, utilizando-o para empregar trabalhadores produtivos, a renda da terra existe a partir do momento em que toda a terra economicamente aproveitável de um país tenha se tornado propriedade privada. Como a terra também é condição necessária da produção, quando é apropriada privadamente confere a seus donos o poder de exigir uma remuneração pela sua utilização.

SMITH nega que haja outros componentes do preço. As fontes de apropriação do poder de comando sobre o trabalho são apenas três: a propriedade da terra, o próprio trabalho e a propriedade de riqueza previamente acumulada, que é condição (a acumulação de riqueza, não a sua propriedade privada) da produção em sociedades com um certo grau de desenvolvimento da divisão do trabalho. "Salários, lucro e renda da terra, eis as três fontes originais de toda receita ou renda, e de todo valor de troca. Qualquer outra receita ou renda provém, em última análise, de um ou de outro desses três fatores"¹⁶.

Isto ocorre apesar de que, segundo a sua concepção, "O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente"¹⁷. Note-se o paradoxo: do

¹⁶ SMITH (1776) pp. 80-1.

¹⁷ SMITH (1776) p.35.

conjunto do produto do trabalho saem o salário, a renda da terra e o lucro, mas estes três são fontes originais de renda e de valor de troca. Há dois planos: um, da produção real onde apenas o trabalho produz; outro, dos valores de troca, onde salário, lucro e renda da terra são as fontes de poder de compra, permitindo a apropriação de receita.

Em suma, o capítulo VI não pretende apresentar uma teoria do valor relativo, mas demonstrar que há apenas três fontes de valor, sendo o juro apenas parte do lucro, que por sua vez não se confunde com salários de direção.

Podemos agora resumir a visão de SMITH sobre a natureza do valor. Em primeiro lugar, a riqueza e o valor de troca (não há em SMITH uma categoria valor independente do valor de troca) representam capacidade de obter os diversos bens que satisfazem as necessidades e desejos humanos. Trata-se pois de uma visão da riqueza como composta de coisas que se podem usufruir concretamente, de um lado, e além disso obtida como poder, poder de compra. Em segundo lugar, a medida dessa riqueza não se dá pela satisfação que ela proporciona, mas pelo seu custo em esforço e sacrifício, e a forma mais adequada de medi-lo é através do trabalho, que é uniforme em seu conteúdo de esforço e incômodo. Portanto, a natureza do valor está ligada a um balanço entre prazer e desprazer.

Ao contrário de SMITH, a principal preocupação de RICARDO ao tratar do valor é com o valor relativo, com a relação de troca que se estabelece entre as diversas mercadorias. A razão principal disso é que precisa determinar os preços relativos de modo independente em relação à distribuição de renda, como SRAFFA deixa claro em sua interpretação já clássica¹⁸. Para consegui-lo precisaria ter também uma noção de valor absoluto¹⁹ e uma forma inequívoca de medi-lo, uma medida invariável do valor. Este é um problema com que se debate até o final de sua vida²⁰.

Há uma versão corriqueira de que em RICARDO o trabalho contido na mercadoria, isto é, o empregado em sua produção, seria a medida do seu valor. Não me parece que seja exatamente esta a sua visão. Este autor menciona o trabalho contido num contexto de crítica ao que considera uma confusão de SMITH entre trabalho contido e comandado. Nessas circunstâncias, RICARDO opta por tomar o trabalho

¹⁸ SRAFFA (1951), esp. seções IV e V.

¹⁹ SRAFFA (1960) estabelece uma medida invariável do valor baseada numa noção de valor relativo apenas, mas esta medida não é independente da distribuição, já que se refere a quantidades dadas de produção de cada setor, o que supõe uma estrutura de demanda e portanto uma distribuição de renda também dadas. Ver POSSAS (1983).

²⁰ Ver RICARDO (1823).

contido como medida do valor. Mas vale lembrar que ele ainda está trabalhando com conceitos smithianos, que não levam em conta a importância da imobilização do capital para o estabelecimento do valor de troca. O capital é constituído, neste caso, pelo adiantamento dos salários e, havendo uma taxa uniforme de lucro, este será proporcional ao capital e, por conseguinte, também aos salários pagos e ao trabalho contido. Se o que se quer determinar são as relações de troca, tanto faz tomar como parâmetro o trabalho contido ou o trabalho acrescido do lucro, já que ambos são proporcionais. Assim, o primeiro torna-se uma espécie de síntese das condições de produção²¹.

Uma das contribuições de RICARDO, entretanto, é justamente mostrar que parte do capital utilizado sempre está aplicada em meios de produção, e que estes são fruto de trabalho aplicado em diferentes momentos do tempo, ou seja, capital que foi remunerado por número variável de períodos. Assim, o trabalho contido não serve mais como parâmetro que sintetize as condições de produção, pois o montante do lucro que incide sobre o trabalho aplicado vai depender do número de períodos em que o capital esteve incorporado em bens de produção e, portanto, fez jus repetidas vezes a remuneração.

²¹ Ver RICARDO (1817) cap. 1, seção 3. Também DOBB (1973), pp. 92-3. Note-se que para RICARDO a renda da terra não é parte integrante do valor das mercadorias. Ela se deve exclusivamente a diferenciais de produtividade. Quem determina o valor dos produtos agrícolas é o trabalho neles contido nas condições de produção vigentes na terra marginal. O valor das mercadorias é, pois, decomponível apenas em salário e lucro. Ver RICARDO (1817), p.70.

Este número varia conforme a natureza e a proporção das mercadorias que constituem o capital. Se houvesse uma mercadoria cuja quantidade de trabalho contido não variasse e cuja composição temporal do capital fosse exatamente igual, em qualquer circunstância, à média da economia, tal mercadoria serviria como medida do valor. Mas evidentemente ela não pode existir, já que as condições médias de produção se alteram com frequência.

A noção de valor absoluto de RICARDO não está muito clara, já que o autor não explicita claramente isto como um problema. Na verdade só a trata de modo indireto, em sua busca por uma medida invariável do valor. Porém, esta sempre aparece referida à situação de troca²². Seus comentadores em geral acabam por associar sua noção de valor à idéia de trabalho contido²³. Tal procedimento encontra respaldo na seção 1 do primeiro capítulo dos Principles, cujo título é: "O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho" e que diz, num de seus primeiros parágrafos: "as mercadorias derivam seu valor de

²² Ver RICARDO(1823) e (1817) cap.1, seções 3 e seg.

²³ Ver, por exemplo, BIANCHI(1970) e DOBB (1973), cap.III. Poder-se-ia pensar que também é esta a visão de NAPOLEONI, pela sua ênfase na relevância do trabalho contido para a determinação do valor na teoria ricardiana. Ver NAPOLEONI(1973) cap.IV e NAPOLEONI (1977) seção 2.2. Mas em NAPOLEONI (1972b) deixa claro que o trabalho contido em RICARDO não passa de uma medida.

Este número varia conforme a natureza e a proporção das mercadorias que constituem o capital. Se houvesse uma mercadoria cuja quantidade de trabalho contido não variasse e cuja composição temporal do capital fosse exatamente igual, em qualquer circunstância, à média da economia, tal mercadoria serviria como medida do valor. Mas evidentemente ela não pode existir, já que as condições médias de produção se alteram com frequência.

A noção de valor absoluto de RICARDO não está muito clara, já que o autor não explicita claramente isto como um problema. Na verdade só a trata de modo indireto, em sua busca por uma medida invariável do valor. Porém, esta sempre aparece referida à situação de troca²². Seus comentadores em geral acabam por associar sua noção de valor à idéia de trabalho contido²³. Tal procedimento encontra respaldo na seção 1 do primeiro capítulo dos Principles, cujo título é: "O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho" e que diz, num de seus primeiros parágrafos: "as mercadorias derivam seu valor de

²² Ver RICARDO(1823) e (1817) cap.1, seções 3 e seg.

²³ Ver, por exemplo, BIANCHI(1970) e DOBB (1973), cap.III. Poder-se-ia pensar que também é esta a visão de NAPOLEONI, pela sua ênfase na relevância do trabalho contido para a determinação do valor na teoria ricardiana. Ver NAPOLEONI(1973) cap.IV e NAPOLEONI (1977) seção 2.2. Mas em NAPOLEONI (1972b) deixa claro que o trabalho contido em RICARDO não passa de uma medida.

troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las"²⁴. Entretanto, as seções posteriores do mesmo capítulo, assim como outros escritos, não corroboram a idéia de que o trabalho contido seja o fundamento sequer do valor de troca, que dirá do valor absoluto²⁵. Aparentemente RICARDO vê o valor absoluto como uma síntese das condições de reprodução das mercadorias. O trabalho contido é apenas um dos elementos que constituem essas condições, talvez o mais importante, mas não o único, pois também deve ser levado em conta o momento em que esse trabalho foi exercido e, conseqüentemente, o tempo que a mercadoria em que se materializa demora para chegar ao mercado. Como as condições de reprodução se compõem de mais de um elemento, torna-se impossível estabelecer uma maneira de medi-las sintética e inequivocamente, ou seja, obter-se uma medida invariável do valor.

Karl MARX

MARX inicia sua obra magna afirmando que "a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em 'imensa acumulação de mercadorias'"²⁶. Aí anuncia que vai proceder a uma

²⁴ RICARDO (1817) p.43.

²⁵ Por exemplo, quando afirma que "De todos os padrões [de medida do valor absoluto] propostos até agora, este [o trabalho contido] parece ser o melhor, embora esteja longe de ser perfeito" RICARDO (1823) p. 230.

²⁶ MARX (1867) p. 41.

investigação da riqueza, não qualquer riqueza, mas a riqueza nas sociedades capitalistas e que esta tem particularidades, é uma forma historicamente determinada de riqueza. E considera que o primeiro passo para este estudo é o exame do elemento mais simples desta forma de riqueza, que é a mercadoria.

A teoria do valor de MARX não é fundamentalmente uma teoria da medida do valor. Não é apenas uma questão de se decidir o critério adequado para medir o valor e determinar sua magnitude. Se assim fosse, MARX não passaria de um "ricardiano menor", já que, no aspecto magnitude, sua visão se aproxima muito da de RICARDO. Como enfatiza RUBIN, o traço característico de sua contribuição é que ele inverteu a questão dos clássicos, passando a encarar a mercantilização como um fato histórico que tem implicações relevantes sobre todo o funcionamento da sociedade. Um fato que significa uma ruptura em relação a outros tipos de sociedade. Assim, a grande questão de que trata é o significado de na sociedade capitalista (que é uma sociedade mercantil) o fruto do trabalho humano tomar a forma de valor. A troca não é um fenômeno universalmente relevante. Houve inúmeras sociedades onde ela não existia ou tinha um papel secundário. A produção é essencial para a sobrevivência do homem, a troca não.

Num primeiro momento MARX trata do que se convencionou chamar sociedade mercantil simples, retendo as determinações apenas mercantis do capitalismo. Esta sociedade se caracteriza pelo fato de que a produção é dominada por produtores

independentes de mercadorias. Nela, a magnitude do valor de troca das mercadorias é determinada pelo trabalho socialmente necessário à sua produção, ou seja, o trabalho realizado em condições médias que seria necessário para produzir mercadoria igual. A mobilidade dos produtores se encarrega de igualar idealmente seus trabalhos. Deve-se ressaltar que muitas conclusões importantes de MARX a partir do caráter mercantil do capitalismo se mantêm mesmo que não aceitemos sua idéia de que o trabalho tem um papel chave, seja na determinação do valor, seja na caracterização das sociedades humanas.

Uma primeira questão relevante é o que chama de fetichismo da mercadoria e que tem origem no fato de as relações sociais em uma sociedade mercantil aparecerem como relações entre coisas. Não apenas isso, mas do fato de serem mediadas pelas coisas. Com isso, as coisas passam a ter funções sociais que não decorrem de suas características físicas. Daí a denominação de fetichismo. As coisas parecem ter intrinsecamente a capacidade de se transformar em outras coisas, enfim o seu valor parece fazer parte de sua natureza. A mercantilização das relações humanas significa também que mesmo coisas que não são mercadorias tornam-se trocáveis, adquirem valor, como as virtudes, por exemplo.

Outro ponto importante para o qual MARX chama a atenção nesse momento é o fato de que a forma valor implica a coexistência de duas características na mercadoria, que se opõem: a utilidade (valor de uso) e o valor. Do ponto de

vista de sua utilidade, cada mercadoria serve apenas a poucos ou mesmo um único fim específico. Mas ao se tornar portadora de valor, perde a sua particularidade e passa a representar todo o mundo das mercadorias. Por serem todas as mercadorias portadoras dessa essência abstrata que é o valor, desaparecem as suas diferenças qualitativas - cada uma delas pode ser transformada, pela troca, em qualquer outra - e assim ficam todas igualadas.

Há, por conseguinte, uma contradição entre valor de uso e valor, que é a contradição entre a particularidade de uma mercadoria determinada e a generalidade advinda do fato de pertencer ao mundo das mercadorias, que motivou sua produção. A mercadoria é produzida pela sua qualidade abstrata de possuir valor, mas ela é necessariamente algum bem concreto e particular. A generalidade deve estar representada por algum veículo particular, sujeito às vicissitudes de sua particularidade, já que a mercadoria só tem valor se apresentar valor de uso. Portanto, é um bem que foi produzido para dar acesso a qualquer outra mercadoria, mas só pode fazê-lo sendo um bem concreto, com uma utilização particular reconhecida socialmente²⁷.

²⁷ Em sua discussão sobre a teoria das contradições, ELSTER só admite como tendo validade teórica dois tipos de contradição: a psicológica, a possibilidade de ocorrência de desejos contraditórios; e a social, constituída por uma falácia da composição, ou seja, há certos objetivos que, se buscados por muitos, não serão atingidos por ninguém. ELSTER (1985), seção 1.5.3. Parece-me que a contradição entre valor de uso e valor não se encaixa em nenhuma dessas definições, embora tenha traços psicológicos e sociais. Ainda assim, trata-se realmente de uma contradição e não simplesmente de uma oposição ou assimetria.

Do anterior, depreende-se que o valor é uma abstração, ou, no dizer de MARX, um fetiche. Os bens materiais passam a ter uma função que não decorre de suas características físicas, mas da lógica da sociedade em que são produzidos - a de representar potencialmente qualquer outra mercadoria, ou melhor, qualquer outra forma de riqueza. Tem-se aqui uma noção de riqueza em abstrato. Esta idéia é mais aprofundada quando MARX apresenta o desenvolvimento das formas de expressão do valor, procurando estabelecer a gênese lógica da forma dinheiro, e na análise das determinações presentes nesta última.

A única forma de expressar o valor de uma mercadoria é através do confronto com outra. Neste confronto a segunda aparece como a expressão da magnitude do valor da primeira. Exemplificando: ao falarmos que 20 m de linho valem 20 m de linho, não estamos dizendo nada a não ser o óbvio. Conseguimos explicitar o valor de uso de nossa mercadoria: trata-se de linho, mas não conseguimos saber qual o seu valor. Para isso teremos que recorrer a uma mercadoria de valor de uso diferente. Temos assim uma equação que iguala o linho a outra mercadoria:

$$20 \text{ m linho} = 1 \text{ casaco.}$$

O casaco aparece aqui apenas enquanto representante do valor do linho, no que MARX chama de forma equivalente do valor (enquanto a do linho seria a forma relativa). Nesta equação temos uma polarização entre as duas mercadorias: a primeira interessa enquanto valor de uso, a segunda enquanto valor de troca.

O desenvolvimento lógico e histórico das formas de expressão do valor leva à seleção de uma única mercadoria para funcionar como equivalente de todas as demais - um equivalente geral. Quando este equivalente geral se cristaliza em uma única mercadoria, temos o dinheiro.

O dinheiro é a forma mais desenvolvida de expressão do valor e o seu confronto com as mercadorias particulares é um desenvolvimento da contradição entre valor e valor de uso. Neste confronto, um dos pólos, a mercadoria particular, interessa pelo seu valor de uso, e o dinheiro representa o seu valor destacado dela mesma. A contradição permanece: apesar de buscar externamente a representação de seu valor, a mercadoria continua sendo fundamentalmente valor para quem a leva ao mercado. Quanto ao dinheiro, continua sendo uma mercadoria particular, um valor de uso concreto, produzido em condições de produção concretas²⁸. MARX fala em três determinações ou

²⁸ MARX trata aqui do ouro, do dinheiro-mercadoria. Estas considerações não podem ser diretamente aplicadas às formas modernas de dinheiro. Entretanto julgo que a análise marxiana é de grande valia para compreendermos estas novas formas. Principalmente porque chamam a atenção para o fato de que o valor é uma abstração e o dinheiro é o representante material desta abstração, o "précis de toutes les choses". Símbolos do dinheiro podem cumprir algumas de suas funções, segundo MARX. Mas em momentos de crise de confiança nestes símbolos, eles perdem a capacidade de substituir o dinheiro. Ver MARX (1867), esp. cap.III e BRUNHOFF (1976).

Hoje em dia, quando o ouro não é mais dinheiro, se o papel moeda não consegue mais cumprir as funções do dinheiro, esta deficiência deve ser suprida através de outras formas de dinheiro, de moeda estrangeira ou de ativos reais. O ouro continua sendo um dos ativos reais privilegiados, pelas mesmas características apontadas por MARX como responsáveis pela sua adoção como dinheiro no passado: durabilidade e divisibilidade, principalmente. Mas a

funções do dinheiro: medida do valor, meio de circulação e dinheiro enquanto tal. Ou seja, o dinheiro é a forma adequada de expressão do valor, é meio de compra e representante material do valor. Vou me referir aqui apenas à última determinação, mais importante para nossos fins.

A função de ser dinheiro é a de, ao funcionar enquanto material concreto no qual se expressa o valor de todas as mercadorias e pelo qual todas as mercadorias se trocam, ser o representante material e universal da riqueza. Não da riqueza a que se referia SMITH, mas da riqueza abstrata. É o representante concreto de uma abstração - o valor - e a sua forma socialmente adequada. Nos Grundrisse as contradições presentes nesta nova abstração são apontadas: "A ele, como a forma geral da riqueza, se contrapõe todo o mundo das riquezas reais", "como representante material da riqueza geral só se realiza ao ser posto novamente em circulação e desaparecer em troca dos modos singulares, particulares de riqueza". "Seu acréscimo através da acumulação... se mostra também [uma idéia] falsa. Se as outras riquezas não se acumulam [também], perde seu valor na medida em que se acumula". "Pretende ser a mercadoria geral, mas por sua particularidade natural, é de novo uma mercadoria particular, cujo valor, de um lado, depende da oferta e da demanda, de outro, muda com

contradição permanece: os ativos, reais ou não, são apenas ativos particulares, e como tal sujeitos à desvalorização, seja absoluta ou relativa.

seus custos de produção específicos"²⁹. Com algumas adaptações de menor monta as últimas palavras se aplicariam a qualquer ativo que sirva como reserva de valor na sociedade capitalista, qualquer que seja a teoria de preços adotada. Esses pontos me parecem cruciais para a correta compreensão da dinâmica da economia capitalista, quais sejam, a de que nela a riqueza se torna riqueza abstrata e de que há uma contradição aí presente, pois esta riqueza só poderá ser usufruída, voltar a ser riqueza concreta, se sancionada pela troca. Como afirma ROSDOLSKY, somente na teoria do capital MARX revela como se resolve esta contradição³⁰.

A principal determinação da economia capitalista é a de ser regida pelo capital. E o que é o capital? Inúmeras são as concepções de capital encontradas na literatura. A de MARX pode ser resumida na idéia de que é o valor que se autovaloriza.

MARX chama a atenção para o fato de que na sociedade capitalista o que mais importa não é a produção de mercadorias para a troca por outras mercadorias, não é o circuito puramente mercantil. A produção e a troca são regidas por um outro movimento que é o da obtenção de mais valor. O dinheiro passa a ser um meio de se obter mais dinheiro.

²⁹ Ver MARX (1953), pp.233-4.

³⁰ Ver ROSDOLSKY (1968), esp. pag. 199.

Todavia, considerando que a magnitude do valor é o trabalho socialmente necessário, no âmbito exclusivo da circulação de mercadorias tal valorização é impossível. Se com dinheiro e comprada uma mercadoria, que depois é vendida por mais dinheiro, nenhum valor é criado. Para se obter mais dinheiro seria preciso vendê-la mais caro do que foi comprada, o que supõe a compra a preço inferior ao valor ou a venda a preço mais elevado. Ora, toda compra é também uma venda e por isso não é possível que toda a economia seja baseada em comprar barato e vender caro. Esse tipo de ganho é, por sua natureza, esporádico. Tampouco esta diferença pode surgir exclusivamente da produção, pois, uma vez produzidos, os bens já possuem um valor, que só se altera com a modificação de suas condições de produção. A única explicação possível é que esta valorização se dê pelo consumo de uma mercadoria capaz de produzir valor. Como em sua visão só o trabalho produz valor, o consumo de tal mercadoria deve significar fazê-la trabalhar e produzir mais valor do que o gasto em sua aquisição. Só há uma "mercadoria" capaz de fazê-lo: a força de trabalho, ou seja, a capacidade de trabalho que um ser humano tem.

Por conseguinte, para que a valorização do valor ocorra de forma sistemática, deve passar pela compra da força de trabalho, o que se dá na esfera da circulação, pelo processo de produção realizado por esta força de trabalho e pela venda das mercadorias daí resultantes, novamente na esfera da circulação. É essa a forma capitalista de superar os limites quantitativos do dinheiro, através de

sua expansão. Para isso é preciso jogá-lo de volta à circulação para depois readquiri-lo com a venda das mercadorias. O capital portanto deve deixar a forma de dinheiro, assumir a forma de capital produtivo, depois a de capital-mercadoria, para depois voltar a ser capital-dinheiro. Se ele não passar por essas fases não se valoriza e deixa de ser capital.

Para que o capitalista possa adquirir a força de trabalho é necessário que ela esteja disponível no mercado, o que depende de alguns pressupostos históricos: a expropriação do trabalhador de seus meios de produção e um certo grau anterior de mercantilização da economia. Só assim o trabalhador vai estar disposto a tornar-se assalariado.

MARX discute a produção capitalista a partir da noção de capital enquanto valor que se valoriza, apropriando-se de mais-valia, que é o tempo em que a mão-de-obra trabalha além do necessário para repor o valor de sua força de trabalho. Portanto, sua teoria do valor é também uma teoria do funcionamento da produção capitalista (o que inclui a circulação das mercadorias, como parte integrante do processo de valorização)³¹.

Para completar, é importante observar que numa sociedade em que a produção é dominada pelo capital, ou seja, a produção é voltada à valorização do valor, a norma de troca ideal não pode mais ser baseada na igualação dos trabalhos.

³¹ Ver BELLUZZO (1980), esp. cap.III.

Neste plano de análise abstrato em que o autor se situa, que ainda não incorpora as diferenças de poder entre os capitais criadas pelo próprio processo de concorrência, a norma ideal de troca deve ser a igualação dos capitais, isto é a sua remuneração proporcional. Esta constatação está na base da controversa transformação do lucro em lucro médio ou, como é mais conhecida, do valor em preços de produção. Este tema foi amplamente debatido e não é meu interesse retomar aqui tal discussão. Quero apenas me referir ao fato de que objeções sérias foram levantadas à teoria do valor de MARX devido aos erros por ele cometidos nesta passagem e às dificuldades para dar uma solução a este problema que preserve os aportes da teoria marxiana³². Sem entrar nesta questão, gostaria de observar que, independentemente de qual seja a magnitude e a substância do valor absoluto, mantêm-se válidas as proposições da teoria do valor de MARX acerca da contradição entre valor de uso e valor e da autovalorização do valor como propósito da produção capitalista e as suas consequências, importantes no que diz respeito à natureza da sociedade capitalista. Estas proposições decorrem exclusivamente da idéia de que as mercadorias são produzidas enquanto representantes genéricos das outras mercadorias, enquanto riqueza em abstrato, mas que são sempre veículos concretos desta abstração, não podendo abandonar inteiramente a sua

³² Para uma discussão das principais posições tomadas quanto ao problema e suas consequências, ver NAPOLEONI (1972a), lições 16 e 17, e POSSAS (1989), cap. III. Este último tenta dar uma solução ao problema que preserve ao máximo os aportes de MARX.

concretude, e do fato de que a noção de riqueza abstrata elimina os limites à ambição que as formas concretas de riqueza naturalmente colocam.

Conclusão

A partir das considerações feitas por MARX a respeito da contradição entre valor de uso e valor e do fato da generalização da troca gerar uma noção abstrata de riqueza, isto é, como riqueza universal, é possível compreender por que a investigação sobre o valor foi praticamente abandonada, uma vez consolidada a economia capitalista. O que ocorre é que o valor é uma abstração contraditória. É fácil identificar o valor relativo, ou seja, valor de troca, relações de troca, mas não o valor absoluto. Pelo menos não o valor ou a riqueza tal como os entendemos e desejamos nós, comuns mortais que nascemos, vivemos e travamos conhecimento do mundo no capitalismo.

SMITH e MARX tentaram dar um conteúdo à noção de valor absoluto. O primeiro pensou o valor como esforço, o segundo como trabalho socialmente necessário. RICARDO também se viu às voltas com esta questão, porém encarando-a a partir da troca e do valor relativo. Essas definições são arbitrárias e, embora possam fazer todo o sentido nas respectivas teorias e visões de mundo, não correspondem ao que o senso comum chama de valor. Se todas as mercadorias sofrerem melhorias de igual monta em seus processos produtivos, de modo que os preços relativos se alterem pouco, terá havido uma

queda do seu valor, tanto na definição de SMITH, como na de MARX, mas ninguém que viva este processo o perceberá como uma desvalorização das mercadorias. Assim, a noção de senso comum de valor e de riqueza é uma noção essencialmente relativa, embora as pessoas não se dêem conta disso e pensem poder preservar seu patrimônio ou sua riqueza como se estes tivessem uma magnitude absoluta.

Após o surgimento e hegemonia da teoria neoclássica ninguém mais se preocupou com o problema do valor absoluto. Esta teoria trata o valor de um ponto de vista apenas relativo. E isto é até certo ponto adequado à noção corrente de valor e riqueza, já que estas abstrações não podem estar referidas apenas a uma única forma particular de riqueza material. Como diz SMITH, riqueza é poder de compra, isto é, poder de adquirir diversas coisas diferentes, cujo valor relativo é mutável. Na verdade, esta é uma definição de riqueza mais próxima da noção que de fato importa em nossa sociedade. O objeto da cobiça dos homens, o objetivo da produção, é a riqueza em abstrato, a riqueza universal, passível de se metamorfosear em qualquer forma concreta. Mas tal abstração não encontra veículo material perfeitamente adequado, nem mesmo o dinheiro-mercadoria de MARX. Pois este, como qualquer outra roupagem concreta que a riqueza assumia, continua sendo um ativo específico, sujeito a determinações oriundas de sua particularidade, que o tornam imperfeito enquanto representante da universalidade da riqueza. Tal fato acaba por vir à tona em crises mais sérias. E no entanto, com a progressiva autonomização do valor no dinheiro, no

capital e no capital a juros, é cada vez mais presente a idéia de riqueza abstrata, que pode ser preservada e ampliada, como se esta tivesse existência palpável³³.

Não faz sentido pensar que é possível preservar a riqueza escolhendo e adquirindo um ativo que não se desvalorize, pois os ativos estão sempre se valorizando e desvalorizando, uns frente aos outros. A troca de um ativo por outro é sempre necessariamente uma aposta. E qualquer ativo está sujeito a bruscas desvalorizações, especialmente o dinheiro e os ativos financeiros, cuja capacidade de troca por formas concretas, usufruíveis de riqueza depende fundamentalmente, numa visão keynesiana, da confiança da sociedade, ou seja, seu valor é fruto de uma validação social.

Apesar do anterior, a idéia de valorizar o valor ou, dito de outra forma, de obter lucros, só pode fazer sentido se o valor tiver uma existência autônoma. Como é possível aumentar o valor, se este é essencialmente uma relação com uma miríade de formas de riqueza? Isto coloca um terrível problema, que no cotidiano costuma ser resolvido socialmente pela adoção da moeda como medida do valor. Em situações de instabilidade da moeda, adota-se uma outra âncora, que pode ser uma moeda estrangeira ou algo como a BTNF foi no Brasil em 1989. E assim podemos sobreviver, produzir, adquirir e perder riqueza, sem nos apercebermos de quão contraditório é este nosso cotidiano. De como

³³ Ver MARX (1867) caps. I, III e IV e MARX (1894) seção V.

toda a nossa economia é regida pela busca de uma abstração sem possibilidade de encontrar uma expressão inteiramente adequada.

Por fim, gostaria de retomar a idéia de SMITH, da riqueza como poder, a meu juízo extremamente interessante. A idéia de que a propriedade da terra ou de riqueza acumulada pode permitir aos seus proprietários acesso a poder de compra é elucidativa. Creio que é a partir daí que se pode compreender o capitalismo. Este regime de produção é regido pela busca de apropriação crescente de poder de compra, apropriação que tem como base o próprio poder - não apenas o conferido pela propriedade dos meios de produção, mas também outras de suas manifestações. O que são barreiras à entrada ou vantagens competitivas senão formas de poder? Outros regimes de produção também são em geral baseados no poder. O que distingue o capitalismo, quanto a este aspecto, é que nele existe um tipo de poder diretamente econômico, baseado principalmente no controle de elementos fundamentais à produção ou circulação mais eficiente dos bens e serviços, que gera mais poder econômico. Para isso, não necessariamente é preciso recorrer à violência extra-econômica ou a privilégios institucionais, ainda que estes não estejam excluídos.

BIBLIOGRAFIA

BIANCHI, Marina (1970). A Teoria do Valor (Dos Clássicos a Marx), Lisboa, Edições 70, 1981.

BELLUZZO, Luiz G. (1980). Valor e Capitalismo - Um Ensaio sobre a Economia Política. São Paulo, Brasiliense, 1980.

BRUNHOFF, Suzanne (1976). A Moeda em Marx, São Paulo, Paz e Terra, 1978.

COUTINHO, Maurício (1987). Adam Smith e o Valor, in Literatura Econômica, 9 (5), out. 1987, Rio de Janeiro, IPEA, pp. 299-327.

_____ (1991). Lições de Economia Política Clássica, tese de livre-docência apresentada à UNICAMP, Campinas, 1991, mimeo.

DOBB, Maurice (1973). Teoría del Valor y de la Distribución desde Adam Smith, Buenos Aires, Siglo XXI, 1975.

ELSTER, Jon (1985). Making Sense of Marx, N. Iorque, Cambridge University Press e Maison des Sciences de L'Homme, 1985.

MEEK, Ronald (1967). Economia e Ideologia, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

MARX, Karl (1867). O Capital, livro I, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, 2ªed.

_____ (1894) O Capital, livro III, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

_____ (1863). Teorias da Mais-Valia, vol. I. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987.

_____ (1953). Grundrisse, Londres, Penguin, 1980.

NAPOLEONI, Claudio (1972a) Lições sobre o Capítulo Sexto (Inédito) de Marx, São Paulo, L.E. Ciências Humanas, 1981.

_____ (1972b) Prefácio à Segunda Edição, in BIANCHI, Marina (1970), op. cit.

_____ (1973). Smith, Ricardo e Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico, Rio de Janeiro, Graal, 1988.

_____ (1977). O Valor na Ciência Económica, Lisboa, Presença, 1980.

POSSAS, Mario L. (1983). Preços e Distribuição em Sraffa: uma reconsideração, in Pesquisa e Planejamento Econômico, 13 (2) agosto de 1983, Rio de Janeiro, IPEA.

_____ (1989). Dinâmica e Concorrência Capitalista : Uma interpretação a partir de Marx. São Paulo, Hucitec, 1989.

RICARDO, David (1817). Princípios de Economia Política e Tributação, col. Os Economistas, São Paulo, Abril Cultural, 1982.

_____ (1823). Valor Absoluto e Valor de Troca, in NAPOLEONI (1973), op. cit., pp. 226-239.

ROSDOLSKY, Roman (1968). Génesis y Estructura de El Capital de Marx, Mexico, Siglo XXI, 1978.

SMITH, Adam (1776). Investigação sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações, col. Os Economistas, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

SRAFFA, Piero (1951). Introdução, in RICARDO, D. op. cit.

_____ (1960). Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias, col. Os Economistas, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

TEXTO PARA DISCUSSÃO. IE/UNICAMP

Fazem parte desta Série:

- n.1 - COUTINHO, Maurício. **Marx - reprodução do capital.** jul./91.
- n.2 - COSTA, Fernando Nogueira da. **A formação da taxa de juros no Brasil.** set./91.
- n.3 - SERRA, José & AFONSO, José Roberto R. **As finanças públicas municipais: trajetórias e mitos.** out./91.
- n.4 - COSTA, Fernando Nogueira da. **Política de câmbio e juros vs. dolarização programada e Banco Central independente.** jan./92
- n.5 - SUZIGAN, Wilson. **A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial.** fev./92.
- n.6 - SANTOS FILHO, Otaviano Canuto. **Mudança técnica e concorrência: um arcabouço evolucionista.** abr./92.